

Tombamento dos Remanescentes do Complexo do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

Preâmbulo

Início este parecer agradecendo a indicação da Presidente Jurema Machado para relatar o pedido de tombamento dos Remanescentes do Complexo do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira¹.

Curiosamente este foi o primeiro lugar que visitei em Brasília, quando conheci a cidade, há exatos onze anos. Foi quando entendi que havia encontrado o meu lugar no mundo e escolhi onde queria viver.

Em Brasília o Iphan tombou o conjunto urbanístico (1990) e alguns bens isolados: a Catedral Metropolitana (1967), o Catetinho (1969) e a placa comemorativa oferecida a Rui Barbosa (1986). Todos foram escritos no Livro de Tombo Histórico, com exceção da Catedral, inscrita no Livro de Belas Artes.

Esses tombamentos referem-se a bens que contam a história oficial de Brasília: a cidade planejada, materialização do Plano Piloto de Lucio Costa; o “Palácio de Tábuas” que foi a primeira residência do Presidente no Planalto Central, ao que consta tombado a pedido dele, inclusive; e a Catedral modernista tombada antes mesmo de sua inauguração oficial em 1970, como forma de induzir o término da construção.

A proposta objeto deste parecer segue um outro caminho. Se por um lado é a proteção do local onde funcionou o primeiro hospital de Brasília, e isso o classificaria como história oficial, é também o tombamento dos remanescentes de um dos vários acampamentos erigidos para abrigar os que vieram trabalhar na região durante a construção da cidade, que nunca foram objeto de proteção patrimonial pelo Iphan.

Histórico do bem

Em 1956 foi iniciado o governo de Juscelino Kubitschek e em março de 1957 foi anunciado o projeto vencedor do concurso nacional para o projeto da nova capital, elaborado por Lucio Costa. Contudo, antes disso foram iniciadas as providências para a construção da cidade, tais como a construção de pista de pouso e estradas de acesso ao local, de trabalhadores e materiais; de acampamentos para os primeiros trabalhadores; e de prédios para armazenagem do material e prestação de serviços da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

O Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira foi a terceira construção realizada pela Novacap, das tantas que serviriam de suporte para a construção de Brasília. Era um posto médico avançado do Hospital Rasse de Goiânia, tendo sido construído entre dezembro de 1956 e janeiro de 1957, mas inaugurado somente em 6 de julho de 1957. Localizava-se a 12 km do centro do Plano Piloto, próximo à chamada Cidade Livre²

¹ Agradeço também o apoio da Superintendência do Iphan no DF (Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Marina Russel Brandão Cavalcanti), da arquiteta Juliana Giareta do Depha/DF, dos funcionários do Museu Vivo da Memória Candanga, de Antônio Menezes Junior e de Fabiana Carvalho.

² A Cidade Livre foi o local destinado pela Novacap para a iniciativa privada, ou seja, para comerciantes e prestadores de serviço que serviriam à população trabalhadora. Era assim denominada pois havia isenção de impostos como forma de atrair o público que se pretendia, além de ter sido inicialmente a única área na qual era possível estabelecer-se sem vínculo com construtoras, empresas ou mesmo com a própria Novacap.

(atual Núcleo Bandeirante). A administração do Hospital foi delegada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), um dos institutos mais fortes em razão da construção civil naquele contexto principalmente.

Logo depois foi construído o acampamento que daria suporte ao Hospital, assim denominado devido ao seu caráter provisório, formado por um conjunto de edificações, com residências dos funcionários, além de galpões de depósito e serviços de apoio, como o Posto de Atendimento e a Agência do IAPI.

O Hospital provia atendimento em clínica médica, clínica cirúrgica, pediatria e obstetrícia, raio-x, laboratório, enfermagem, pronto socorro, maternidade, sala de gesso, lavanderia, cozinha, refeitório, administração e Instituto Médico Legal com capela. Ali nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos. O equipamento, que funcionava 24 horas por dia, desempenhou um papel de importância fundamental como apoio médico-hospitalar, principalmente aos trabalhadores que construíram a nova capital, uma vez que o número de acidentes na construção civil era muito alto. Isso era devido tanto ao “ritmo Brasília”, que submetia os trabalhadores a jornadas de trabalho exaustivas e a más condições de habitação e de alimentação, como à falta de segurança para os operários que imperava nas obras³. É importante mencionar que a população da área que formaria o Distrito Federal passou de 12.283 pessoas em julho de 1957, segundo contagem populacional do IBGE, para 64.314 pessoas em maio de 1959, segundo o Censo Experimental do IBGE⁴.

O HJKO funcionou como único hospital da cidade até dividir sua função com o Hospital Distrital de Brasília, inaugurado no Plano Piloto em 1960. Foi desativado em 1966 e transformado em posto de saúde para atendimento aos moradores da área, da Cidade Livre e das imediações. Posteriormente, em 1974, cessou o atendimento ambulatorial, com a transferência do serviço de saúde para o Núcleo Bandeirante no ano anterior, tendo sido a partir daí abandonado e sofrido deterioração progressiva. Neste momento todas as edificações, inclusive o antigo hospital, passaram à função residencial.

Os moradores, em sua maioria ex-funcionários do HJKO, continuaram vivendo ali, na mesma situação provisória e de insegurança que caracterizou a moradia nos acampamentos pioneiros. Porém, procuraram manter a integridade das edificações, realizando manutenção, mas, ao longo do tempo, fizeram acréscimos e alterações reversíveis às moradias. Paralelamente foram introduzidas outras construções no terreno, que destoavam do conjunto íntegro e harmonioso original.

As cerca de 100 famílias que moravam no local teriam recebido lotes na Candangolândia, mas os moradores tinham receio de deixar a área, pois temiam que o Hospital fosse destruído pelo IAPAS, instituto que passou a englobar todos os outros, inclusive o IAPI. Os moradores tinham um vínculo muito forte com o local, queriam a sua preservação e alegavam que, apesar do estado avançado de deterioração, o Hospital poderia ser restaurado.

³ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

⁴ OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Como havia a prática no Distrito Federal de destruir os acampamentos originais, total ou parcialmente, pois ficavam em áreas valorizadas, o representante dos moradores, Nilton Ismael Rosa, requereu Ação Popular contra o senhor José Francisco Mendes Del Peloso, Superintendente do IAPAS, com a intenção de conseguir a proibição da retirada de materiais e a demolição do imóvel, acatada pela Justiça Federal em 22 de setembro de 1983.

Complementarmente, o Sr. Nilton encaminhou à Fundação Nacional Pró-Memória na mesma época a solicitação de tombamento da área, como se verá mais à frente. Porém, sem resposta do órgão, a deterioração e precariedade dos imóveis prosseguiu e em maio de 1984 ocorreram o desabamento de parte do telhado de um dos pavilhões do Hospital e um incêndio que destruiu toda a ala 2 de um dos antigos alojamentos para solteiros do Hospital.

Esses fatos motivaram o tombamento pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em 13 de novembro de 1985, por meio do Decreto nº 9036. Um pouco antes, em dezembro de 1984, os antigos habitantes haviam sido removidos do local, em sua maioria para a Candangolândia.

Em 1986 o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA) passou a ser sediado no HJKO, ocupando algumas das casinhas da alameda. Segundo o ex-funcionário e atual Superintendente do Iphan/DF, Carlos Madson Reis, a intenção dos servidores era dar um uso para as edificações, pois ainda não havia projeto para o conjunto, assim como evitar possíveis degradações e demolições.

Um tempo depois o DePHA propôs que ali fosse um museu que contasse a história não oficial de Brasília, a história dos trabalhadores que fizeram a cidade, o que seria coerente e compatível com a arquitetura que se pretendia preservar. Assim, aconteceram as primeiras obras para implantação do Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), tendo sido inaugurado em 26 de abril de 1990. Três dos quatro pavilhões do MVMC só foram concluídos na década de 2000. Além do museu propriamente dito, que funciona no prédio do antigo Hospital e abriga uma exposição permanente chamada “Poeira, lona e concreto”, foram previstos Núcleo de Documentação e uma série de oficinas do saber-fazer (localizadas nas antigas casas e alojamentos), tais como barro, fibra, madeira, cerrado, memória, entre outras.

Principalmente durante a primeira década de funcionamento o Museu foi muito ativo e promoveu uma série de eventos, exposições temporárias e itinerantes, cursos, até feira de orgânicos. Atualmente, devido à falta de recursos e de pessoal (tanto administrativo, quanto de professores para as oficinas), o número e o tipo de atividades oferecidas diminuíram muito. Ainda assim média anual de visitantes do MVMC é de cerca de 8.800 pessoas, sendo que o público é formado majoritariamente por alunos das escolas da rede pública de ensino do DF.

Histórico do processo

Serão aqui abordados apenas os principais fatos e documentos expostos no Processo.

O tombamento foi solicitado à Fundação Nacional Pró-Memória por um grupo de moradores da área do HJKO em 2 de setembro de 1983, motivado pela intenção do IAPAS (proprietário da área) de demolir o que restava do Hospital. O pedido foi

acompanhado de um abaixo assinado por 61 pessoas e por depoimentos de moradores e ex-funcionários. A motivação citada compreende o fato de ter sido o primeiro hospital do Distrito Federal e pela ameaça de destruição. É mencionado também que faz conjunto harmônico com as demais edificações da época.

A primeira manifestação do Iphan aconteceu em 27 de outubro de 1983, na qual é expresso que "(...) tendo ouvido membros do 'Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília' e da 'Comissão Brasília', com os quais participou de visitas à área do Acampamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, considera que o conjunto das residências e Hospital são elementos significativos para a memória de Brasília no sentido em que dão importante testemunho do momento inicial da construção e da vida da cidade. O conjunto se constitui em um monumento - no sentido etimológico da expressão - de uma urbanização, de uma arquitetura e de uma técnica construtiva únicas, desenvolvidas na ocasião e nas circunstâncias específicas da mudança da Capital. Constitui-se, também, em importante marco referencial para a memória social dos pioneiros que ainda habitam (ou não) o conjunto, e para aqueles a quem foi transmitida a história dos nascimentos, mortes e acontecimentos que ali se passaram. Finalmente, e não há dúvida, trata-se igualmente, de um marco na história da saúde de Brasília e do Brasil". No ofício de Belmira Finageiv, Diretora da 8ª Diretoria Regional (atual Superintendência do Iphan no Distrito Federal) para o Coordenador do Programa de Cidades Históricas, é indicado que a comunidade, o IAPAS, do DePHA e a SPHAN/Pró-Memória deveriam iniciar um processo de discussão conjunta para definir os instrumentos mais adequados para preservação e reutilização da área.

Em 8 de agosto de 1984, a mesma Diretora encaminha ao Subsecretário da SPHAN Relatório de visita datado de 29 de maio, no qual indica que "*É nosso parecer que, embora tenha sido solicitado o tombamento apenas do Hospital, todas as outras edificações do conjunto e principalmente da alameda que dá acesso ao Hospital fazem parte de uma mesma unidade, cada uma com uma função específica, construídas todas segundo um mesmo padrão e técnica construtiva, com valor histórico de grande relevância à comunidade e ao patrimônio histórico e cultural de Brasília como um todo, sendo que sua preservação deve ser encarada a altura, e com prioridade - dado, como visto, não somente pela sua representatividade como bem cultural de época mas também pelas ameaças que vem sofrendo em sua integridade física e documental*".

De outubro de 1983 até o fim de 1985 houve uma intensa movimentação no Processo, marcada pela posição firme da 8ª DR a favor do tombamento e de seguidas solicitações à SPHAN por um posicionamento sobre o tombamento para dar resposta ao pedido da comunidade, bem como para que fossem tomadas providências quanto à degradação progressiva dos imóveis, notadamente dos pavilhões do Hospital.

Nesse período, a 8ª DR realizou visitas à área do HJKO e elaborou vários relatórios técnicos para subsidiar o tombamento. Esses são compostos por levantamentos do estado de conservação das edificações, das possibilidades de restauração (destacando-se que à época apenas dois dos cinco pavilhões do Hospital teriam condições de ser restaurados) e dos imóveis que deveriam ser incluídos no tombamento, sendo que passou a ser expresso que, além dos dois pavilhões, as oito residências da alameda também deveriam ser tombadas, não havendo menção ao tombamento de todo o conjunto, como indicado anteriormente.

Nos documentos é sempre justificada a pertinência de proteção do bem, baseada na importância histórica e no conjunto homogêneo de edificações. É também abordado que o conjunto teria diversas possibilidades de uso, destacando-se a orientação de que o uso fosse público. Foi aventado que os moradores continuassem lá, ou que houvesse uma outra destinação, não necessariamente fosse retornado o uso hospitalar ou de saúde, mas a possibilidade que o Complexo tivesse um uso turístico-cultural.

Em 1988 e em 1993 foram retomadas as negociações, contudo, somente com a solicitação de informações complementares e atualizadas sobre o bem.

Em 13 de junho de 1997 laudo do historiador Adler Homero Fonseca de Castro informa que na área que se propõe tomar estão localizados prédios em uso pelo MVMC e pelo DePHA. Na área das antigas residências apenas os dois primeiros prédios precisavam de recuperação e estavam aparentemente sem uso e a área do Hospital havia sido restaurada e estava em bom estado de conservação. O laudo é acompanhado de plantas do conjunto com delimitação das edificações propostas para tombamento (Hospital e casas da alameda), poligonal de tombamento e de entorno, além de fotografias.

Em seguida, em 23 de junho, o mesmo historiador enviou memorando à Chefe de Divisão de Proteção Legal, Cláudia M. Girão Barroso, no qual indica que: *“1. A situação física do conjunto, como hospital, é deplorável, já que se perderam os referenciais básicos do conjunto, tendo sido parte dele destruída no incêndio de 1984, ao mesmo tempo que parte das construções apresentam uma situação de conservação péssima. Contudo, do ponto de vista material, os prédios que se propuseram tomar atualmente se encontram bem conservados e, acreditamos, o referencial histórico do hospital pode ser recuperado por um observador, através das atividades desenvolvidas no local;*

2. O conjunto, como um todo, carece de recuperação, mas a área que foi proposta para tombamento, de acordo com a planta em anexo, já recebeu um certo tratamento, que eliminou os riscos imediatos de destruição. Sobre a parte referente à utilização do bem, cremos que ela tem um uso mais do que adequado, sendo sede do DEPHA/DF e abrigando igualmente o Museu Vivo da Memória Candanga; (...).”

Documentação complementar sobre o HJKO foi encaminhada à Diretora do Departamento de Proteção, Márcia Sant’Anna, em 12 de agosto de 1998, com o intuito de incluir o tombamento na reunião seguinte do Conselho Consultivo do Iphan. O parecer técnico de Sandra Bernardes Ribeiro reitera a pertinência da preservação do conjunto por meio do tombamento federal, indica que o bem foi tombado pelo GDF em 1985, que as obras de revitalização não foram concluídas, mas que o conjunto tinha utilização pública intensa pela comunidade local, professores e alunos da rede pública de ensino do DF. Inclui fotografias antigas e recentes, material de imprensa e de divulgação do espaço e mapa com estado de conservação das edificações.

Entre 1999 e 2005 houve pouca movimentação no Processo, destacando-se, porém, que de acordo com o relatório de Sandra Bernardes Ribeiro e Mário Eduardo Pereira de Araújo, de 13 de fevereiro de 2003, é apontado que somente o bloco da frente do MVMC havia sido finalizado, os demais estavam com a construção paralisada. É informado também que ainda existiam várias edificações que entraram em ruína alguns anos depois: a residência da alameda que abrigou o Posto do IAPI, um dos alojamentos

de funcionários, o depósito construído com estrutura de concreto (que lá permanece), a edificação onde funcionou originalmente o Necrotério e mais uma edificação.

O último parecer apensado ao processo, de autoria do técnico José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros em de 12 de janeiro de 2007, reitera a importância do tombamento, indicando, porém, que *“Quanto ao mérito, manifestamo-nos favoravelmente ao pedido, ressaltando, no entanto, que é preciso mudar o objeto nominal desse tombamento, uma vez que já não existe qualquer resquício do prédio que abrigou o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Assim sendo, a proteção deverá dizer respeito aos pavilhões/barracões que serviam de moradia para funcionários do extinto hospital, já demolido, e a seu agenciamento no lote em estudo no processo. Apesar de haverem sofrido algumas modificações, sobretudo em sua área interna, as edificações sobreviventes mantiveram sua forma e volumetria originais, sendo contemporâneas e remetendo, portanto, ao período da construção da nova capital brasileira”*. Desse modo, sugere que a titularidade não se referisse ao extinto Hospital, mas aos “Remanescentes do Complexo do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira” e que a proteção se estendesse à totalidade do lote, como se discutirá mais à frente. Contudo, não existe listagem, descrição ou mapa com os imóveis que estariam incluídos no tombamento.

A proposta foi acatada pela Gerente de Proteção do DEPAM Jurema Arnaut. Em seu memorando para o Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira, são recuperados os argumentos do técnico José Antônio, ou seja, a indicação de proteção dos barracões e do terreno. Porém, nas informações que orientariam a Procuradoria Jurídica para notificação do tombamento provisório, a descrição do objeto, no que se refere às construções, restringe-se a oito edificações, com indicação de fotografias no Processo que correspondem somente às casas da alameda.

O parecer da Procuradoria Jurídica, de 23 de dezembro de 2011, restringe-se às oito edificações e ao terreno e considera que o processo estava em condições de ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo. O edital de comunicação a respeito do tombamento foi publicado no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2011 e a comunicação ao Instituto Nacional do Seguro Social (atual proprietário da área), à Superintendência de Patrimônio da União, ao Governo do Distrito Federal e ao Iphan/DF foi feita em 29 de dezembro de 2011.

Características do bem

Como mencionado anteriormente, no início do funcionamento do HJKO, as construções que havia no terreno eram a do próprio Hospital e oito casas geminadas na alameda. Havia também alojamentos para os funcionários, além de edificações de apoio, não sendo possível precisar pelas informações do Processo exatamente quantas e quais, pois há elementos que indicam que à medida que surgia a necessidade, outras edificações foram construídas e/ou modificadas.

O conjunto construído originalmente é caracterizado pelo uso da madeira com linhas simples, sóbrias, mas despojadas, assim como os outros acampamentos pioneiros, o que confere identidade para as primeiras construções da nova capital. Havia, porém, outras semelhanças, como a existência de tipologias diferentes para abrigar funcionários mais graduados (em residências unifamiliares) e menos graduados (em alojamentos) e a

distribuição setorizada das edificações no terreno, na qual um grupo de edificações servia a um uso específico ou a um público determinado⁵.

O sistema construtivo é constituído de fundações de baldrames em concreto armado situado em todo o perímetro da edificação, estrutura de sustentação constituída de pilares e/ou paredes autoportantes de madeira, paredes autoportantes montadas com peças de madeira de seções variadas dispostas perpendicularmente umas às outras, nos sentidos vertical e horizontal formando tramas não uniformes, revestidas externamente por tábuas lisas e internamente por tábuas de forro paulista ou placas de Duratex; telhados de telha galvanizada ondulada, estruturadas em geral por tesouras apoiadas em pilares e/ou paredes. Tratava-se de técnicas simples, baratas e de grande rapidez de execução, em perfeito acordo com o período de construção de Brasília.

A volumetria é caracterizada pela ortogonalidade entre os planos de fachadas; pelos telhados de pouca inclinação, em geral de uma água (sendo de duas águas nos módulos do Hospital); pelos beirais; pelas baixas alturas que, associadas ao maior comprimento das fachadas frontais, traduzem uma expressiva dominância da horizontalidade a cada edificação e ao conjunto como um todo; e pelos altos pés direitos. As fachadas são marcadas pelas linhas horizontais das tábuas externas; pela disposição regular dos vãos de portas e janelas (de vidro e madeira do tipo veneziana) e pela predominância de fachadas laterais sem aberturas (nas casas e alojamentos).

As alterações verificadas ao longo do tempo foram maiores nos pavilhões do Hospital, como é comum constatar em equipamentos de saúde, inclusive com a inserção de paredes de alvenaria. Depois que o HJKO foi desativado e passou a servir de moradia certamente outras modificações foram realizadas. No caso das casas e alojamentos foram feitas modificações internas e acréscimos.

Em 1984, quando o Iphan e o GDF fizeram os primeiros levantamentos da área, além do péssimo estado de conservação do conjunto (inclusive o arruinamento de pavilhões do Hospital) e das construções descaracterizadas, havia várias construções mais recentes. Com base neste primeiro levantamento⁶, a título de organização apresento a tabela abaixo que lista as edificações antigas e atuais com os respectivos usos, no que foi possível apurar:

USO ORIGINAL	USO ATUAL
Hospital	Restaurado - MVMC
Oito casas da alameda, sendo: Casa 1: antigo posto do IAPI Casa 2: antiga agência do IAPI Casa 3: residência Casa 4: residência Casa 5: residência Casa 6: residência Casa 7: residência Casa 8: residência	Oito casas da alameda, sendo: Casa 1: desmoronou após 2003 Casa 2: oficina de gravura Casa 3: oficina de memória Casa 4: coordenação de oficinas Casa 5: exposição Tradição e Renovação Casa 6: administração do MVMC Casa 7: lanchonete Casa 8: oficina de costura/espço multiuso
Alojamento 1	Restaurado - Oficina de cerâmica

⁵ RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

⁶ A coluna "Uso original" foi elaborada tendo como base levantamento realizado em agosto de 1984 pela 8ª DR e pelo GT Brasília.

Alojamento 2	Restaurado - Oficina de meio ambiente
Alojamento 3	Restaurado - Oficina de tecelagem
Alojamento 4	Restaurado - Oficina de madeira e vidro
Alojamento 5	Desmoronou após 2003 – Havia projeto de recuperação para oficina
Alojamento 6	Incendiado em 1984, não reconstruído – Havia projeto de recuperação para oficina
Necrotério/IML e capela	Desmoronou após 2003
Caixa d' água	Caixa d' água
Depósito	Desmoronou após 2003 (mantida a estrutura de concreto). Havia projeto de recuperação para Cine Teatro e posteriormente para Armazém das Artes
Oficina	Demolida
Clube de médicos e enfermeiros	Demolido
Obra para Centro Cirúrgico	Demolida
Outras edificações não originais (residências)	Demolidas
Administração (duas edificações)	Em uso pelo Veteran Car ⁷
	Edificação construída pelo Veteran Car
	Edificação construída pelo Veteran Car

Obs. Existe uma série de marcações no piso que indicam a localização de outras edificações, porém não foi possível recuperar informações concretas sobre o antigo uso.

A restauração realizada pelo GDF na década de 1980 suprimiu os acréscimos irregulares, reaproveitou o material original que era possível e manteve a volumetria, acabamentos e materiais característicos do conjunto. Uma vez que já havia uma mudança de uso definida, que seria a garantia de sustentabilidade do conjunto, foram propostas alterações pontuais de modo a adaptar os espaços às novas funções.

No caso do Hospital, que foi o prédio mais danificado e alterado ao longo do tempo, os pavilhões foram reconstruídos (com exceção de um, nos fundos) mantendo-se a volumetria e os vãos externos. No centro escolheu-se fazer um átrio para o qual se voltam as aberturas internas, de modo a integrar os ambientes. O sistema construtivo adotado foi a alvenaria revestida por tábuas de madeira, com a introdução de pilares internos para sustentação do telhado e modulação dos espaços de exposição do MVMC.

Nas casas da alameda foram suprimidos os acréscimos, restauradas esquadrias, coberturas, a estrutura e o revestimento de madeira. O piso de cimento queimado e o forro paulista também foram resgatados. As portas, que eram de uma folha foram duplicadas, e em algumas casas foram abertas portas pivotantes nas fachadas laterais, que são imperceptíveis quando fechadas. Externamente a casa verde é a que foi menos alterada. As casas deixaram de ser geminadas e a configuração interna é diversa, de acordo com os usos planejados para cada imóvel.

Nos quatro alojamentos restaurados a volumetria foi mantida, mas divisões internas foram suprimidas, foram introduzidos banheiros e uma abertura transversal central que coincide em três edificações paralelas, formando uma passagem entre elas. É

⁷ O Veteran Car Club - Clube de Veículos Antigos de Brasília foi criado em 1983. Desde a década de 2000 tem sede no terreno do MVMC, ocupando três construções, sendo duas novas, construídas pelo Club, e um bloco onde funcionou a Administração do HJKO, restaurada também por eles no mesmo período.

interessante registrar que, por meio de depoimentos de antigos moradores, descobriu-se que as fachadas frontais eram revestidas com um ripado horizontal vazado, elemento de aeração tradicional dos acampamentos pioneiros, que foi resgatado.

As edificações já eram pintadas de cores diferentes antes da restauração, característica que foi mantida, além de ser uma forma de identificar os imóveis e conferir um caráter lúdico ao ambiente. Vale lembrar que edificações coloridas também existiam na Cidade Livre e essa passou a ser uma das marcas do MVMC.

Na época foi proposta a recuperação de outras edificações, contudo, devido à falta de recursos financeiros, essas obras não foram realizadas e com o tempo os imóveis que ainda existiam infelizmente ruíram, só restando hoje a indicação de onde se localizavam, com exceção da estrutura de concreto de um depósito. Ao que consta, na década de 2000 foram restaurados pelo Veteran Car dois pavilhões nos quais havia funcionado a Administração do HJKO, sob o comando da Arte Vida, OSCIP que administrou o MVMC no período.

O estado de conservação atual do conjunto é ruim, visto que após a única restauração na década de 1980 foram realizados apenas reparos esporádicos nas edificações que não foram suficientes para sua adequada manutenção. Contudo, o GDF contratou projeto de restauração e revitalização do espaço, atualmente em análise pelo Iphan.

O terreno de 184 mil m² possui espécies nativas do cerrado e árvores frutíferas, plantadas pelos moradores desde a inauguração do Hospital, que alternam áreas de densa vegetação e espaços vazios. Está, também, mal conservado, o que inclui as calçadas, os acessos aos prédios e a interligação entre eles (muitas vezes inexistente), mobiliário externo, etc. Outro problema detectado é o uso da alameda como estacionamento de automóveis, o que prejudica as visadas e a fruição do conjunto.

Proposta de tombamento

Ao longo do Processo identificam-se propostas diferentes de tombamento. A primeira manifestação do Iphan incluía todas as edificações pelo fato de fazerem parte do conjunto do HJKO, proposta que foi retomada em pareceres de 1997 e de 2003. Porém, em vários outros documentos do Processo, desde 1984, é indicado que o tombamento deveria incluir o Hospital e as oito residências da alameda. A última proposta, em 2007 indica que, pelo fato de não haver resquícios materiais do antigo Hospital, o tombamento deveria restringir-se aos pavilhões/barracões que seriam de moradia para os funcionários do extinto Hospital, sem especificá-los, e ao terreno. O tombamento provisório, publicado no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2011, é restrito às oito edificações da alameda e ao terreno.

As propostas de perímetros de tombamento e entorno variaram ao longo do Processo. Resumidamente agrupei-as em duas possibilidades: a primeira foi de proteção somente das edificações que deveriam tombadas, enquanto o entorno seria formado pelas demais construções e pelo terreno. A segunda proposta, objeto de análise deste parecer, é a de tombamento de todo o terreno e de não existência perímetro de entorno.

Análise e conclusão

Muito se sabe sobre o surgimento de Brasília: sobre o projeto urbanístico de Lucio Costa e sobre as construções monumentais de Oscar Niemeyer. Mas, apesar do esforço

de estudiosos principalmente a partir da década de 1970, ainda há muito por saber sobre os bastidores dessa enorme obra. A capital foi construída por milhares de brasileiros que, durante os anos anteriores à inauguração, vieram de toda parte para o Planalto Central em condições de extrema precariedade e de grande exploração da força de trabalho. Mesmo assim, com grande esperança, os operários vislumbraram uma oportunidade de trabalho, de melhores salários e de vida melhor para eles e para suas famílias, apesar de, de fato, terem um destino incerto após a inauguração.

A maioria desse contingente veio trabalhar na construção civil, mas uma parte assumiu funções que deram suporte a essa atividade principal, como foi o caso do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira. Porém, o registro material da vivência dessas pessoas não foi objeto do olhar e do reconhecimento do poder público e por isso as perdas ao longo do tempo foram quase absolutas.

O Complexo do HJKO foi edificado provisoriamente para dar suporte à construção de Brasília com a intenção de ser desativado à medida que a rede hospitalar da capital fosse estabelecida. A intenção não se efetivou, como a princípio aconteceu com tantos outros acampamentos e, graças a isso e ao cuidado das pessoas que ali moravam, o conjunto foi mantido. É, portanto, um dos raros testemunhos das construções pioneiras da capital e do viver comunitário, ao que se acrescenta ser o mais íntegro dos remanescentes do DF.

Foi também o único acampamento realizado em função de um equipamento comunitário, que foi o primeiro hospital da cidade e é, portanto, um registro da tipologia de um complexo da saúde. Sua localização, entre o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia, foi de fato onde se iniciou a construção de Brasília.

Trata-se de um conjunto que tem como marca a arquitetura feita em madeira, a simplicidade das formas e a singeleza típicas do período de construção da nova capital. É um referencial da arquitetura popular e comunitária em contraponto com a arquitetura oficial do Catetinho, outra construção de madeira com características similares, mas que abrigou a residência oficial do presidente, e que é protegida pelo Iphan desde 1959.

É preciso destacar o empenho da comunidade que ali viveu por tantos anos em preservar o conjunto. O pedido de tombamento foi feito em um momento crítico em que tudo poderia ser demolido e a mobilização popular foi definitiva para a permanência das edificações. Esse foi o primeiro caso em Brasília de tombamento solicitado pela própria população.

Na época, há 32 anos, o conjunto era composto de várias edificações que comunicavam com clareza a ideia do que foi o Complexo do HJKO, tanto do Hospital, quanto do dos outros imóveis, com todas as funções e relações espaciais que o caracterizavam. Apesar do mau estado de conservação, elas poderiam ser restauradas de modo a se tornarem um testemunho mais fiel dessa história e desse modo de viver comunitário. Entretanto, as circunstâncias não foram favoráveis a isso: a matéria principal das construções é a madeira, material que requer uma manutenção constante e que já estava muito deteriorado; ao tombamento do GDF em 1985, não correspondeu uma gestão eficiente de modo a preservar o conjunto; o projeto do MVMC, que previa a recuperação de vários outros prédios, não pode ser finalizado pela falta de recursos financeiros; e o pedido de tombamento do Iphan só está sendo concluído em 2015.

Contudo, mesmo com tantos pesares, ainda é possível recuperar a ideia do Complexo pelo fato das casas da alameda, já tombadas provisoriamente, guardarem sua integridade visual pouco alterada, mas, principalmente pela relação desse conjunto com as outras edificações recuperadas. Apesar de ter havido a reconstrução do Hospital e modificações nos outros imóveis, principalmente internas, todos possuem implantação, volumetria, materiais e elementos que antes existiam. Juntas, elas são o registro de como as unidades, que possuíam funções diferentes, mas com semelhanças construtivas e estéticas, se relacionavam no mesmo espaço e constituíram um conjunto arquitetônico.

É por isso que acredito que o tombamento deva se estender às demais edificações existentes no terreno, remanescentes do antigo Complexo do HJKO. A justificativa para isso é que o conjunto de construções forma o referido Complexo, e uma edificação só tem sentido histórico quando relacionada com as outras.

É preciso, contudo, esclarecer que as duas edificações erigidas pelo Veteran Car posteriormente não fazem parte do Complexo e, portanto, não devem ser incluídas no tombamento.

O fato de ali funcionar o Museu Vivo da Memória Candanga, ou seja, uma instituição criada justamente para contar a história dos primeiros trabalhadores e moradores do Distrito Federal, garante que as lacunas de informação e documentação sejam preenchidas e, se a proposta for museologicamente bem conduzida, pode potencializar muito a experiência de vivenciar o Complexo.

O conjunto encontra-se em um grande terreno no qual se alternam áreas densamente arborizadas com outras sem arborização. Isso cria interessantes relações visuais entre as edificações e a vegetação que valorizam tanto uma quanto a outra e por isso devem ser preservadas. O fato do tombamento se estender ao terreno preservará esse contraste, evitando que aconteçam supressões arbóreas desnecessárias e que outras edificações alterem essas relações.

A dívida do Brasil para com os trabalhadores que construíram Brasília não será quitada com este tombamento, e é uma pena que pouco possa ser feito nesse sentido, uma vez que quase todo o registro material daquela época foi perdido. Ao mesmo tempo, esta é a constatação que me faz acreditar que o tombamento do HJKO seja necessário como forma de acrescentar uma complementação histórica à proteção a Brasília, essa cidade já reconhecida mundialmente como patrimônio.

Assim, recomendo que o conjunto arquitetônico formado pelas edificações que são remanescentes do Complexo do HJKO e terreno no qual se encontram, localizado no Lote D do Setor de Áreas Isoladas, trecho EPIA/SUL, atual Setor Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Brasília/DF, seja inscrito no Livro de Tombo Histórico sob a denominação “Remanescentes do Complexo do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira”.

Recomendações

O HJKO foi tombado pelo GDF há 30 anos e o MVMC foi inaugurado há 25 anos. Com isso, é natural que a população do Distrito Federal e os visitantes de outros estados reconheçam aquele espaço como sendo do Museu. Contudo, o que está se tombando são os remanescentes do HJKO e essa distinção deve ficar clara.

Desse modo, a partir do tombamento, é importante que os dois órgãos responsáveis pela proteção do local, Iphan e GDF, estabeleçam acordo de cooperação ou instrumento similar de modo que as obrigações, responsabilidades e possibilidades de uso da área sejam acordadas para que possa existir uma gestão eficiente e colaborativa do espaço.

Visto que o projeto de restauração ainda está em fase de análise e não há garantias de que seja executado em curto prazo, é necessário fazer reparos nos imóveis para que o estado de degradação não avance.

É preciso também estabelecer parâmetros para a análise e aprovação de eventuais alterações nas edificações que foram restauradas pelo DePHA, assim como para novas que, acredito, deveriam ser erigidas em locais onde já houve construções do conjunto de modo a reestabelecer as relações espaciais originais. De todo modo, é preciso avaliar com cuidado a real necessidade de se aumentar o número de construções no terreno, visto que, pela experiência do MVMC, a gestão do espaço é onerosa e complexa.

Quanto às possibilidades de uso, uma vez que o MVMC não dispõe atualmente de programa de educação patrimonial e, por outro lado, a Superintendência do Iphan do DF não possui Casa do Patrimônio é possível estabelecer uma profícua parceria para atingir esses objetivos.

Ainda com relação ao primeiro ponto levantado, é necessário enfatizar para os visitantes que naquele lugar existiu o HJKO e seu acampamento, informar sobre sua história e evolução, bem como sobre as alterações realizadas no conjunto e nas edificações que lá permanecem. Atualmente existem poucas e tímidas informações sobre isso no MVMC. Várias estratégias museológicas e museográficas podem ser utilizadas com esse objetivo, e que podem ser pensadas conjuntamente entre os dois órgãos de preservação.

O terreno do HJKO é de propriedade do INSS, apesar de já ter havido várias tratativas para que fosse transferido para o GDF. Assim, é necessário regularizar a situação fundiária. É também preciso avaliar a pertinência de se manter o Veteran Car no espaço, uma vez que seria mais adequado que funcionasse no Museu Nacional do Automóvel.

Por fim, é preciso enfatizar que o terreno tem um enorme potencial para ser uma área de lazer e convívio para toda a população do Distrito Federal, principalmente para a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante.

Este é o meu parecer.

Brasília, 5 março de 2015


Cléo Alves Pinto de Oliveira